



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 3225

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Imóveis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 31/10/1991

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 95/1991. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de terreno à Igreja da Restauração Cristã (Movimento Apostólico) de Montes Claros, localizado no bairro Alcides Rabelo, com área de 616,00 m², para construção de um templo.

**Controle Interno – Caixa:** 12.1      **Posição:** 36      **Número de folhas:** 09

---

Espécie: PL  
Categoria: Imóveis  
Cl: 12.1  
Ordem: 36  
nº fls: 06



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

95/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza a doação de terreno à Igreja da Restauração Cristã - Movimento Apostólico.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 31.10.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em
- 3 Aprovado em reunião
- 4 de plenária - 19.11.91
- 5 À sanção - 19.11.91.
- 6 Arquivado -
- 7
- 8
- 9
- 10





# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - MG.



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 30 DE OUTUBRO  
DE 1.991.

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação ' de área de terreno à IGREJA DA RESTAURAÇÃO CRISTÃ (MOVIMENTO APOSTÓLICO) DE MONTES CLAROS.

A Câmara Municipal de Montes Claros aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à IGREJA DA RESTAURAÇÃO CRISTÃ (MOVIMENTO APOSTÓLICO) DE MONTES CLAROS, a área de terreno medindo 616,00 m<sup>2</sup>, situada no bairro Alcides Rabelo, nesta Cidade, pertencente ao Município, com a seguinte DESCRIÇÃO: Partindo da intercessão dos alinhamentos da Av. Josefina Rabelo e Av. 1000 e segue pelo alinhamento da Av. 1000, numa distância de 52,15m; daí deflete à direita e segue limitando com terreno institucional, numa distância de 28,00m; daí deflete à direita, segue pelo alinhamento da Av. Josefina Rabelo, numa distância de 44,00m, culminando no ponto que originou esta descrição.

ART. 2º - A área de terreno da presente doação se destina à construção do templo da IGREJA DA RESTAURAÇÃO CRISTÃ (MOVIMENTO APOSTÓLICO) DE MONTES CLAROS.

PARÁGRAFO ÚNICO - Esta área de terreno, consta na planta do loteamento, como área de uso institucional e pelo artigo 31, da Lei 1.229, de 27 de dezembro de 1.979 (Lei de Uso e Ocupação do solo), modificada pela Lei nº 1.954, de 05 de agosto de 1.991, dentre outras finalidades, destina-se ao objetivo proposto por esta Lei.

ART. 3º - O prazo de reversão automática ao Município, em caso do não cumprimento da finalidade mencionada no artigo 2º desta Lei, é de 03 (três) anos, a contar da lavratura da escritura pública de doação.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.





# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

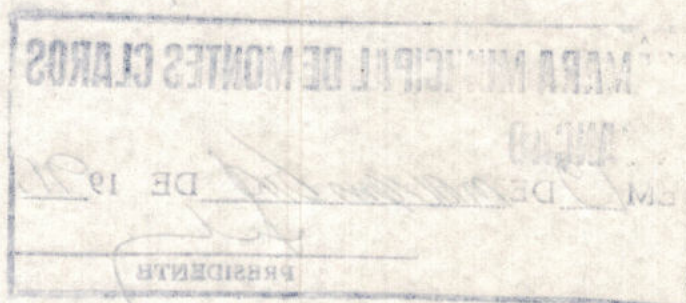
Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - MG.

**MONTES CLAROS**  
Gente é pra valer.

de 1.991.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de outubro

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE Legislação e Justiça  
 EM 19 DE novembro DE 1991  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

*É legal e constitucional*

*Euclares Nelson*  
*Deputado*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
Unica  
 EM 19 DE novembro DE 1991  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 EM 19 DE novembro DE 1991  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 30 de outubro de 1991

Of. Nº 144/CJ/91

Assunto Encaminha Projeto de Lei

Serviço Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei que ora submetemos à apreciação dos ilustres representantes dessa Casa Legislativa, objetiva autorizar o Executivo a doar à IGREJA DA RESTAURAÇÃO CRISTÃ (MOVIMENTO APOSTÓLICO), DE MONTES CLAROS, a área de terreno medindo 616,00 m<sup>2</sup>, situada no Bairro Alcides Rabello, nesta Cidade.

E como consta do artigo 31, da Lei nº 1.229, de 27 de dezembro de 1.979 (Lei de Uso e Ocupação do Solo), modificada pela Lei 1.954, de 05 de agosto de 1.991, a área de terreno objeto da doação, destina-se a construção de templos religiosos.

Se a nossa proposta for aprovada, estaremos juntos, Executivo e Legislativo, atendendo a uma velha reivindicação dos membros da mencionada Igreja da Restauração Cristã (Movimento Apostólico) de Montes Claros, que é de adquirir um local onde eles possam construir a sede própria, proporcionando-lhes comodidade e tranquilidade.

Certos de que essa Casa Legislativa acatará esta proposição de Lei, agradecemos manifestando a V.Exa. e aos Senhores Vereadores os protestos de elevado respeito.

Cordialmente,

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Exm<sup>o</sup>. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

N E S T A





# Cartório do Registro de Títulos e Documentos

OFICIAL: Joaíir Valle Maurício

Montes Claros

Minas Gerais

JOANIR VALLE MAURICIO OFICIAL DO REGIS -  
TRO ESPECIAL DE TITULOS E DOCUMENTOS E /  
DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS /  
DESTA COMARCA DE MONTES CLAROS (MG), NA. //  
FORMA DA LEI, ETC.....

CERTIDÃO.

JOANIR VALLE MAURICIO  
Oficial do Registro de Títulos,  
e Documentos  
MONTES CLAROS - Minas Gerais

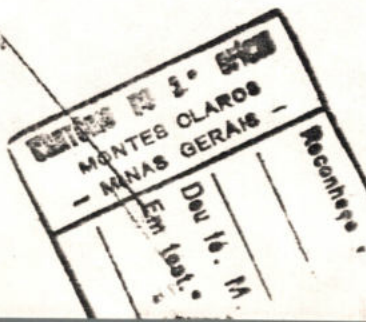
Certifico e dou fé a pedido verbal de /  
pessoa interessada que revendo em meu poder e Cartório, os livros/  
destinados ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, desta Comarca,  
dos mesmos faz constar no de número A-1, dele às fls. 272, apontado  
sob o número de ordem 88, em 18 de Abril de 1.966, o registro em in  
teiro teor de: ESTATUTOS DA IGREJA DA RESTAURAÇÃO CRISTA (MOVIMEN-  
TO APOSTOLICO) DE MONTES CLAROS, com sede e fôro nesta cidade de /  
Montes Claros, instituição esta que se designará ao Ensino do Evan  
gelho de Nosso Senhor Jesus Cristo e prática de seus ensinoss no /  
a saber: Criar e Praticar, digo Criar e manter trabalho missionários  
no País e no estrangeiro; organizar igrejas nos moldes do Nôvo Tes  
tamento, estabelecer e dirigir institutos educacionais e de assis  
tência social, publicar literatura religiosa, manter programas /  
radiofônicos e de televisão e levar a efeito qualquer empreendi -  
mento que objetive a programação ao Evangelho. O registro foi re -  
querido pelo Presidente da aludida Igreja, tendo para isso apresen  
tados os documentos exigidos pelo Artigo 129 dec. 4.857 de 9 de /  
11 de 1.939. O referido é verdade e dou fé. Eu,

Joanir Valle Maurício, oficial do Registro Civil das Pes  
soas Jurídicas desta Comarca de Montes Claros (MG), datilografei /  
esta que subscrevo e asino.

MONTES CLAROS (MG), 23 de Abril de 1.971.

O OFICIAL : (as)

JOANIR VALLE MAURICIO





Reconheço verdadeira a \_\_\_\_\_

Dou fé. M. Claros de 19 \_\_\_\_

Em test. \_\_\_\_\_ da verdade.

TABELIÃO

8º. OFÍCIO  
M. CLAROS - MG

A presente cópia fotostática confere  
com o seu original. Dou fé.

23 OUT 1991

Alvaro Prates Neto  
Alvaro Guilherme B. Prates  
Nelson Pereira Aguiar

TABELIÃO  
AUTORIZADO  
JURAMENTADO



# ESTATUTOS DA IGREJA DA RESTAURAÇÃO CRISTÃ (MOVIMENTO APOSTÓLICO) DE MONTES CLAROS

Art. 1 — A associação evangelizadora denominada Igreja da Restauração Cristã (Movimento Apostólico), com sede e fóro na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, duração indeterminada, reger-se-á pelos presentes estatutos, confirmados em Assembleia Congregacional de seus membros, realizada a 26 de março de 1966, e por um Regimento Interno (Atos 2:42; Ef. 2:20; Col. 1:18; Ef. 1:22-23).

Art. 2 — O propósito desta Instituição será a disseminação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo e prática de seus ensinamentos, a saber:

- a) Criar e manter trabalhos missionários no país e no estrangeiro; (Mar. 16:15; Atos 1:18);
- b) organizar Igrejas nos moldes do Novo Testamento (Atos 16:1-5);
- c) estabelecer e dirigir institutos educacionais e de assistência social (Mat. 28:19-20) (Tiag. 2:15-16);
- d) publicar literatura religiosa, manter programas radiofônicos e de televisão, e levar a efeito qualquer empreendimento que objetive a propagação do Evangelho; (II. Pe. 3:1-2 Apoc. 1:19).

Art. 3 — As igrejas não-testamentárias (apostólicas, restauradas, do Senhor) que, segundo a letra «b» do artigo anterior, forem iniciadas pelo esforço evangelístico desta Igreja em outras cidades, poderão constituir-se pessoas jurídicas a juízo do Conselho Ministerial.

Art. 4 — Serão membros desta Igreja aqueles que, a ela forem acrescentados pelo Senhor, e que perseverarem na doutrina bíblica, dando disso testemunho público. (Atos 2:47 e 42; João 15:5).

Art. 5 — Deixarão de pertencer a esta Igreja, sem qualquer direitos, a reclamar aqueles cujo procedimento ferir os princípios do Evangelho. (Mat. 18:15-18; João 15:6).

Art. 6 — Esta Igreja será administrada por um Conselho Ministerial composto de três membros, dos quais o pastor será o presidente; outro deles será o ministro que detenha o Ministério Fundamental (Ef. 2:20) e o terceiro será escolhido por ambos em jejum e oração e depois apresentados à Assembleia Congregacional que fundar esta Igreja para confirmação. (Heb. 13:17-17).

Art. 7 — Esta Igreja será representada em juízo ou fora dele pelo presidente do Conselho Ministerial, o qual poderá nomear procuradores ou prepostos para o desempenho de determinada tarefa.

Art. 8 — O mandato dos componentes do Conselho Ministerial será vitalício, salvo no caso em que o Conselho peça voluntariamente seu afastamento e compulsoriamente em caso de imoralidade, crime, insanidade mental e distorção doutrinária. (Atos 1:16-22).

§ único — Verificada vaga no Conselho Ministerial, esta será preenchida pelo voto unânime dos Conselheiros remanescentes, os quais também julgarão a oportunidade de afastamento compulsório do Conselheiro.

Art. 9 — Os membros desta Igreja não responderão pelas obrigações sociais por eles assumidas.

Art. 10 — É requerido o voto unânime do Conselho Ministerial no seguintes casos: reforma dos presentes Estatutos, venda de propriedade imobiliária e mudança doutrinária, e dissolução da Igreja.

Art. 11 — No caso de extinção, o patrimônio da Igreja será entregue a outra instituição que obtiver os mesmos fins, a juízo do Conselho Ministerial.

Montes Claros, 26 de março de 1966. 9.491 (B. 7.772 — T. 112.258 — X)

Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da conta Lucros e Perdas e Demonstração da conta Lucros e Perdas e Demonstração da conta Lucros e Perdas.

Apresentado hoje ao Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1965; Eleição dos membros do Conselho Fiscal, na forma dos Estatutos Sociais e fixação dos seus honorários;

c) Assuntos gerais. Aclamam-se à disposição dos srs. acionistas os documentos de que trata o Decreto-Lei n.º 2.627, de 25 de setembro de 1940, na sede da Sociedade.

Em testemunha da verdade, 1966. A Diretoria, 9.412 (B. 7.772 — T. 112.263 — X)

## COMPANHIA AGRÍCOLA PONTENOENSE

Assembleia Geral Extraordinária São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, Fazenda Jatiboca, no dia 20 de abril de 1966, às 15 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) reavaliação do ativo imobiliário e pronunciamento sobre sua inclusão ou não, ao capital social;
- b) outros assuntos de interesse social.

Jatiboca, 31 de março de 1966. (a.) A. S. de Lima Netto, Presidente.

9.424 (B. 7.772 — T. 112.272 — XXX)

## CIA. MINEIRA DE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO — CIMCOP

Convocação Ficam convocados os senhores acionistas da Cia. Mineira de Construções e Pavimentação — CIMCOP, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, 2.ª feira, dia 11 (onze) de abril, às 13 (treze) horas, em seu escritório, à rua São Paulo, 893 — 10.º andar — Sala n.º 1.007, para deliberarem sobre:

- a) Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da conta Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1965;
- b) Alteração do Capital Social;
- c) Eleição do Conselho Fiscal e seus honorários;
- d) Assuntos gerais de interesse social.

Belo Horizonte, 1.º de abril de 1966.

A Diretoria, Companhia Mineira de Construções e Pavimentação. (Assinatura ilegível).

9.422 (B. 7.772 — T. 112.267 — XXX)

## CENTRAL ELÉTRICA DE FURNAS S.A.

Assembleia Geral Extraordinária (Convocação)

Ficam convocados os acionistas da Central Elétrica de Furnas S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, às 11 horas do dia 15 de abril de 1966, na sede social, Travessa da Matriz, 56-B, 3.º andar, nesta cidade de Passos, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre aumento do capital da Companhia e correção do registro contábil dos bens do ativo imobiliário da Sociedade e consequente alteração do art. 5.º dos Estatutos.

Passos, 31 de março de 1966. (a.) John Reginald Cotrim, Diretor Presidente.

9.419 (B. 7.772 — T. 112.260-A — XXX)

## COMERCIO Convocação

Ribeira S.A. — Indústria e Comércio convidam seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral, às 14.00 horas do dia 20 de abril de 1966, em sua sede social, à Avenida Faria Pereira, n.º 430, para deliberarem sobre o Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da conta Lucros e Perdas e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1965. Avisam, ainda, que no endereço acima mencionado, encontram-se à disposição dos senhores acionistas para adiver exame, todos os documentos relacionados com a 1.ª convocação desta Assembleia.

Patrocínio, 24 de março de 1966. (a.) Edgar Queiroz Sobrinho — Diretor-Presidente.

9.431 (B. 7.772 — T. 112.271 — XXX)

## SOCIEDADES CIVIS COMPANHIA IMOBILIÁRIA PONTENOENSE

Pelo presente Edital, os srs. acionistas da Companhia Imobiliária Pontenoense, convocados a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 13.00 horas do dia 11 (onze) de abril, em sua sede, à Rua dos Carijós, 844 — 2.º andar — nesta Capital, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

- a) Homologação da gestão dos diretores, a partir de 31 de março de 1965;
- b) Eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) Assuntos de Interesses gerais.

Belo Horizonte, 30 de março de 1966.

A Diretoria, 9.464 (B. 7.772 — T. 00224 — XXX)

## SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE

Edital de Convocação de eleições. discussão e aprovação do Orçamento. Pelo presente Edital, faz-se saber que no dia 20 de maio de 1966 será realizada nesta Sindicato, à Rua Curitiba, 561, 13.º andar, às 9 horas, a eleição para a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados-representantes junto ao Conselho da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais a que está filiado, bem como de seus respectivos suplentes, devendo na mesma ocasião ser discutido e aprovado o Orçamento Financeiro para 1967. Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para registro de chapas na Secretaria, que correrá a partir da data da publicação deste edital, tudo de acordo com o artigo 11 e seu § 1.º da Portaria número 40, de 21 de janeiro de 1965. As chapas deverão ser registradas em separado, sendo uma para os candidatos à Diretoria e Conselho Fiscal com seus respectivos suplentes, e outra para os delegados-representantes ao Conselho da Federação e seus suplentes. Os requerimentos para registro de chapas deverão ser apresentados na Secretaria, em 3 (três) vias, assinados por todos os candidatos pessoalmente, não sendo permitida para tal registro a outorga de procuração, devendo ser apresentados todos os requisitos contidos no § 1.º do art. 11 da citada Portaria. A Secretaria da entidade funciona, nos dias úteis, de 8 às 11 e de 13 às 17.30 horas, exceto aos sábados, quando o expediente é encerrado às 12 horas. Caso não haja número legal na primeira convocação, as eleições serão realizadas em segunda convocação, às 12 horas, com qualquer número. Belo Horizonte, 1.º de abril de 1966.

(a.) Nilton Moreira Velloso, Presidente.

9.492 (B. 7.772 — T. 112.223 — X)

Minas Gerais a que está filiado, bem como de seus respectivos suplentes, devendo na mesma ocasião ser discutido e aprovado o Orçamento Financeiro para 1967. Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para registro de chapas na Secretaria, que correrá a partir da data da publicação deste edital, tudo de acordo com o artigo 11 e seu parágrafo da Portaria número 40, de 21 de janeiro de 1965. As chapas deverão ser registradas em separado, sendo uma para os candidatos à Diretoria e Conselho Fiscal com seus respectivos suplentes, e outra para os delegados-representantes ao Conselho da Federação e seus suplentes. Os requerimentos para registro de chapas deverão ser apresentados na Secretaria, em 3 (três) vias, assinados por todos os candidatos pessoalmente, não sendo permitida para tal registro a outorga de procuração, devendo ser apresentados todos os requisitos contidos no parágrafo do artigo 11 da citada Portaria. A Secretaria da entidade funciona, nos dias úteis, de 8 às 11 horas e de 13 às 17.30 horas, exceto aos sábados, quando o expediente é encerrado às 12 horas. Caso não haja número legal na primeira convocação, as eleições serão realizadas em segunda convocação, às 12 horas, com qualquer número. Belo Horizonte, 1.º de abril de 1966.

(a.) José Andrade Costa, Presidente.

9.488 (B. 7.772 — T. 112.272 — XXX)

## PAMPULHA S.A. INDÚSTRIA COMERCIO

Assembleia Geral Ordinária Ficam os srs. acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30/4/66, às 14 horas, em sua sede social, à Rua Helena, 892, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da conta Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1965;
- b) Eleição dos membros e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício corrente;
- c) Assuntos gerais.

Aclamam-se à disposição dos acionistas os documentos de que trata o Decreto-Lei n.º 2.627, relativos ao ex. de 1965.

Assembleia Geral Extraordinária Ficam os srs. acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se após a reunião ordinária, para às 10 horas do dia 1.º de maio de 1966, na sede social da empresa, à Rua Helena, 892, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Reavaliação do ativo do, nos termos da lei 4.357/64;
- b) Assuntos gerais.

B. Horizonte, 31 de março de 1966. (a.) Mordka Wrobel, Diretor.

9.493 (B. 7.772 — T. 112.277 — XXX)

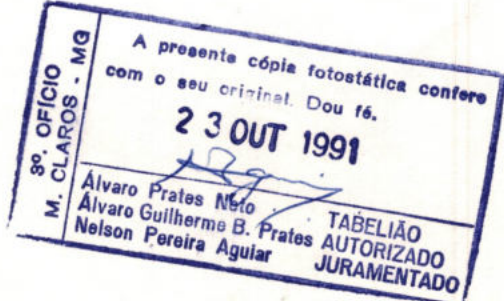
## CONSTRUTORA ALCIN VIEIRA S.A.

Aclamam-se à disposição dos acionistas, na sede, à Goitacazes, 14 — 13.º pavilhão, Belo Horizonte, Minas Gerais, os documentos a que se refere o Decreto-Lei n.º 2.627, de 25 de setembro de 1940, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 1965.

Belo Horizonte, 1.º de abril de 1966.

Construtora Alcindo S. (a.) Alberto de L. Vieira, Administrativo.

9.496 (B. 7.772 — T. 112.278 — XXX)





**CENTRAL ELÉTRICA DE FURNAS S.A.**

Assembleia Geral Extraordinária (Convocação)

Ficam convocados os acionistas da Central Elétrica de Furnas S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, às 10 horas, do dia 15 de abril de 1966, na sede social, à Travessa da Matriz 56-B, 3.º andar, nesta cidade de Passos, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre proposta de alterações estatutárias.

Passos, 31 de março de 1966.  
(a.) John Reginald Cotrim — Diretor Presidente.  
9.420 (B. 7.772 — T. 112.260 — XXX)

**S.A. COMERCIAL PROGRESSO**

São convocados os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede social, às 9 horas do dia 30 de abril de 1966. Os documentos referidos no artigo 99 do Decreto-lei 2.627, de 1949, se encontram à disposição, na sede social.

Belo Horizonte, 31 de março de 1966.  
A Diretoria:  
9.426 (B. 7.772 — T. 112.274 — XXX)

**TELEFÔNICA MANHUAÇU S.A.**

Assembleia Geral Ordinária  
Ficam convocados os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 15 de abril do ano corrente, às 19,30 horas, na sede do Club Recreativo de Manhuacu, à Praça 5 de Novembro, nesta cidade de Manhuacu, para tratar dos seguintes assuntos:

1.º — Deliberar sobre o relatório da Diretoria, balanço e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1965;

2.º — Eleger os membros da Diretoria para o triênio 1966/1968 e fixar-lhes os vencimentos;

3.º — Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 1966, fixando-lhes a remuneração e

4.º — Outros assuntos de interesse geral.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, desde já, na sede da sociedade, os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto-lei n. 2.627 de 26 de setembro de 1949.

Manhuacu, 3 de março de 1966.  
(a.) Dr. Gerard Pacini, Diretor Presidente.

(a.) Nudant Pizelli de Souza, Diretor Secretário.

(a.) Cléu von Candow, Diretor Tesoureiro.

9.413 (B. 7.772 — T. 112.214 — XXX)

**ESTATUTOS DA IGREJA DA RESTAURAÇÃO CRISTA (MOVIMENTO APOSTÓLICO) DE MONTES CLAROS**

Art. 1.º — A associação evangélica denominada Igreja da Restauração Crista (Movimento Apostólico), com sede e foro na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, duração indeterminada, reger-se-á pelos presentes estatutos.

**CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUCTORA «PANTALEONE ARCURI»**

Assembleia Geral Ordinária (Convocação)

São convidados os senhores acionistas para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 19 de abril de 1966, às 17 horas, na sede social, à rua Espírito Santo n. 444, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre o Relatório da Diretoria, Balanço Geral e conta de Lucros e Perdas referentes ao exercício de 1965, elegerem os membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 1966, fixando-lhes os honorários e tratarem de outros assuntos de interesse da Sociedade.

**Aviso**

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à rua Espírito Santo n. 444, os documentos a que se refere o art. 99, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1949.

Juiz de Fora, 26 de março de 1966.  
(a.) Tiso Fortini Arcuri, Diretor.  
9.438 (B. 7.769 — T. 112.239 — XXX)

**COMAPE — COMPANHIA MINEIRA DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS**

Convocação

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 16 de abril de 1966, às 14 horas, na sede social, à Av. Francisco Navarro, n. 312 — nesta cidade de Varginha — MG, a fim de:

1) Tomar conhecimento e deliberar sobre o Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1965;

2) eleição dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 1966;

3) eleição novos membros Diretoria, para preenchimento de vagas existentes;

4) assuntos de interesse social. Comunicamos aos senhores acionistas que se acham à sua disposição, na sede da Sociedade, à Av. Francisco Navarro, n. 312, nesta cidade de Varginha — MG., os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1949.

Varginha, 31 de março de 1966.  
(a.) Afranio Rubens de Paiva, Diretor Presidente.

9.411 (B. 7.772 — T. 112.265 — XXX)

**BRASIL UNIDO SEGUROS, COMERCIO E INDUSTRIA, S.A.**

Assembleia Geral Ordinária (Convocação)

Ficam convocados os srs. acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 20 de abril de 1966, às 14 horas, na sede social, à rua Goitacazes, 15 — 8.º, a fim de apreciar e deliberarem sobre o seguinte:

a) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Conta de Lucros e Perdas referentes ao exercício de 1965;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 1966;

**CERÂMICA SÃO PAULO S.A.**

Assembleia geral ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária a ser realizada no próximo dia 30, às 19 horas, na sede da sociedade, no Morro da Cerâmica, nesta cidade de Muriaé, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) — exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício financeiro de 1965;

b) — eleição dos membros da diretoria e do conselho fiscal;

c) — outros assuntos.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26/9/1949.

Muriaé, 31 de março de 1966.  
(a.) Miguel Pereira de Carvalho, Presidente.

9.430 (B. 7.772 — T. 112.216 — XXX)

**CARBAN MINAS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Ficam convocados os senhores acionistas da Carban Minas S/A Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, às nove (9) horas do dia quinze (15) de abril vindouro, em sua sede social, à Rua Guarani, 436, para deliberarem e votarem sobre as Contas da Diretoria, Balanço, relatórios, parecer do Conselho Fiscal.

A Diretoria.

Carban Minas S/A Indústria e Comércio — (Assinatura ilegível).

9.433 (B. 7.772 — T. 112.219 — XXX)

**EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A. — EBEC**

Assembleia Geral Extraordinária (Segunda convocação)

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de abril de 1966, às quinze horas, na sede da Sociedade, na Rua Goitacazes, 43 — Sala 903, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

1) — Correção Monetária do valor do Ativo Imobilizado nos termos da Lei 4.357, de 16 de julho de 1964;

2) — Aumento de Capital mediante Correção Monetária;

3) — Assuntos Gerais.

Belo Horizonte, 25 de março de 1966.

A Diretoria.

(Assinatura ilegível).

9.428 (B. 7.772 — T. 112.275 — XXX)

**RIBEIRO S.A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Convocação

Ribeiro S/A — Indústria e Comércio convidam seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral, às 14,00 horas do dia 20 de abril de 1966, em sua sede social, à Avenida Faria Pereira, n. 439, nesta cidade, a fim de:

a) — examinar o Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstração da conta de lucros e perdas e demais documentos relativos ao exercício en-

**SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE BELO HORIZONTE**

Edital de convocação de eleições, discussão e aprovação de Orçamento

Pelo presente edital, faço saber que no dia 20 de maio de 1966 será realizada neste Sindicato, à rua Curitiba, 561, 13.º andar, às 9 horas, a eleição para a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados representantes junto ao Conselho da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais a que está filiado, bem como de seus respectivos suplentes, devendo na mesma ocasião ser discutido e aprovado o Orçamento Financeiro para 1967. Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para registro de chapas na secretaria, que correrá a partir da data da publicação deste edital, tudo de acordo com o art. 11 e seu § 1.º da Portaria número 40, de 21 de janeiro de 1965. As chapas deverão ser registradas em separado, sendo uma para os candidatos à Diretoria e Conselho Fiscal, com seus respectivos suplentes, e outra para os delegados representantes ao Conselho da Federação e seus suplentes. Os requerimentos para registro de chapas deverão ser apresentados na secretaria, em três (3) vias, assinados por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida para tal registro a outorga de procuração, devendo ser apresentados todos os requisitos contidos no § 1.º do art. 11 da citada Portaria. A Secretaria da entidade funciona, nos dias úteis, de 8 às 11 horas e de 13 às 17,30 horas, exceto aos sábados, quando o expediente é encerrado às 12 horas. Caso não haja número legal na primeira convocação, as eleições serão realizadas em segunda convocação, às 13 horas, com qualquer número. Belo Horizonte, 1.º de abril de 1966.

(a.) Felício Elias Moysés, Presidente.

9.489 (B. 7.772 — T. 112.227 — X)

**SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E ARMARINHOS, DE BELO HORIZONTE**

Edital de convocação de eleições, discussão e aprovação de Orçamento

Pelo presente edital, faço saber que no dia 20 de maio de 1966, será realizada neste Sindicato, à Rua Curitiba, 561 — 13.º andar, às 9,00 horas, a eleição para a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados representantes junto ao Conselho da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais a que está filiado, bem como de seus respectivos suplentes, devendo na mesma ocasião ser discutido e aprovado o Orçamento Financeiro para 1967. Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para registro de chapas na Secretaria, que correrá a partir da data da publicação deste edital, tudo de acordo com o art. 11 e seu parágrafo 1.º da Portaria número 40, de 21 de janeiro de 1965. As chapas deverão

ser registradas em separado, sendo uma para os candidatos à Diretoria e Conselho Fiscal, com seus respectivos suplentes, e outra para os delegados representantes ao Conselho da Federação e seus suplentes. Os requerimentos para o registro de chapas deverão ser apresentados na secretaria, em 3 (três) vias, assinados por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida para tal registro a outorga de procuração devendo ser apresentados todos os requisitos contidos no § 1.º do art. 11 da citada Portaria.

O requerimento, acompanhado de todos os dados e documentos exigidos para o registro, será entregue ao Presidente do Sindicato, podendo esse requerimento ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A secretaria da entidade, no expediente normal, fornecerá maiores detalhes aos interessados, achando-se afixado na sede do Sindicato a relação do que é obrigatório para o citado registro. Caso não seja obtido «quorum» em primeira convocação, as eleições, em segunda convocação, serão realizadas no dia 18 (dezoito) do referido mês e, não conseguindo, no dia 19.

Belo Horizonte, 25 de março de 1966.

A Diretoria.

(Assinatura ilegível).

9.428 (B. 7.772 — T. 112.275 — XXX)

**CIA. MINEIRA DE AGUAS E ESGOTOS — COMAG**

Assembleia Geral Extraordinária (Convocação)

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia Mineira de Aguas e Esgotos — COMAG — convidados a se reunirem, extraordinariamente, em Assembleia Geral, às 16 horas do dia 11 de abril de 1966, em sua sede social, à Rua Espírito Santo, n. 1.059 — 3.º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 — Apreciação de pedido de renúncia e constituição de nova Diretoria e do Conselho de Administração;

2 — Reforma dos Estatutos;

3 — Assuntos Diversos.

Belo Horizonte, 1.º de abril de 1966.

(a.) José Zamarion Ferreira Diniz, Diretor de Projetos e Obras, no exercício da Presidência.

9.447 (B. 7.772 — T. 112.289 — XXX)

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO FUMO DE BELO HORIZONTE**

Edital de Convocação

Pelo presente edital, faço saber que no dia 3 (três) de junho de 1966 (mil novecentos e sessenta e seis), será realizada neste Sindicato à Rua Dr. João Lucio Brandão n. 115, a eleição para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados representantes ao Conselho da Federação a que está filiado este Sindicato bem como a de seus respectivos suplentes, ficando aberto o prazo de 15 (quinze) dias para o registro de chapas na secretaria, que correrá a partir da data da publicação deste edital no órgão oficial do Estado, tudo de acordo com o art. 11 e seu § 1.º da Portaria Ministerial número 40 (quarenta), de 21 (vinte e um) de janeiro de 1965 (mil novecentos e sessenta e cinco). As chapas deverão ser registradas em separado, sendo uma para os candidatos à Diretoria e Conselho Fiscal, com os seus respectivos suplentes, e outra para os Delegados-representantes ao Conselho da Federação e seus suplentes. Os requerimentos para o registro de chapas deverão ser apresentados na secretaria, em 3 (três) vias, assinados por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida para tal registro a outorga de procuração devendo ser apresentados todos os requisitos contidos no § 1.º do art. 11 da citada Portaria.

O requerimento, acompanhado de todos os dados e documentos exigidos para o registro, será entregue ao Presidente do Sindicato, podendo esse requerimento ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A secretaria da entidade, no expediente normal, fornecerá maiores detalhes aos interessados, achando-se afixado na sede do Sindicato a relação do que é obrigatório para o citado registro. Caso não seja obtido «quorum» em primeira convocação, as eleições, em segunda convocação, serão realizadas no dia 18 (dezoito) do referido mês e, não conseguindo, no dia 19.

Belo Horizonte, 25 de março de 1966.

A Diretoria.

(Assinatura ilegível).

9.428 (B. 7.772 — T. 112.275 — XXX)